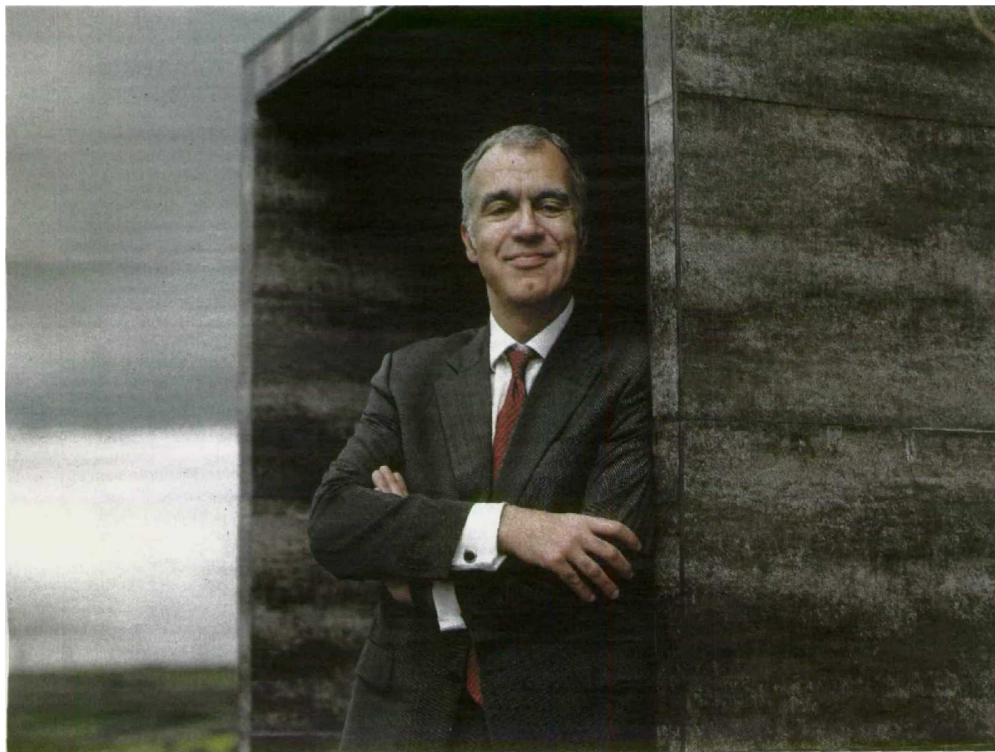




Zoom // Conferência Avaliação Geral e Tributação do Património 16 de Janeiro



+ UNIVERSIDADE CATÓLICA



Jaime Esteves, da PwC, diz que nunca houve tão pouca certeza quanto à interpretação da lei e que a resolução de conflitos demora e tem custos demasiado elevados

RODRIGO CABRITA

Jaime Esteves. “Uma tributação relevante do património levaria à fuga de capitais”

O partner da PricewaterhouseCoopers considera que uma boa política fiscal implica reduzir impostos e simplificar legislação

ISABEL TAVARES

isabel.tavares@ionline.pt

Jaime Esteves, partner da PwC, fala ao i da irritabilidade fiscal e dos perigos de aumentar a tributação sobre o património.

O “enorme” aumento de impostos vai ter o efeito desejado ou o contrário?

Estamos no limite da asfixia. Já só temos irritabilidade fiscal. No fundo, temos taxas de tributação parecidas com as da década de 80, mas com uma base brutalmente alargada face à altura. A sucessão dos acontecimentos, com a falta de visão daquilo que vai acontecer a seguir, aumentou muito a irritabilidade fiscal das empresas e dos particulares.

Em que pode traduzir-se essa asfixia e essa irritabilidade fiscal?

Como não se consegue fazer o trabalho do lado da despesa, há a tentação de olhar mais uma vez para a base da receita. A consequência é que temos níveis de gestão, de deslocalização, muito superiores àqueles que, eventualmente, seriam previsíveis. E isso tem obviamente impacto ao nível da receita, que fica abaixo do

esperado. Por outro lado, os níveis de tributação são, de alguma forma, impeditivos de novos investimentos e a ausência de novos investimentos leva a que não haja receita para tributar. A seguir, volta-se à primeira fase, que é a de olhar para outros lados para obter receita.

Por outro lado, gerou-se imenso ruído à volta do corte de 4 mil milhões...

Vejo com muita preocupação a sucessão dos acontecimentos. Temos agora o debate da reforma do Estado e de conseguir reduzir estruturalmente a despesa, que nunca se fez. Houve boa repressão de despesa, houve medidas transitórias que nunca foram assumidas como definitivas, o que não era sustentável, mas nunca cortámos à sério. Portanto, quando se fala em reduzir a despesa pública,

obviamente que vai haver sítios em que vai doer, mas isto não ajuda ao espírito de coesão e de aceitação dos níveis mais elevados de tributação.

E ainda falta saber, do lado da receita, a decisão do Tribunal Constitucional.

Vamos ter o impacto da decisão do Tribunal Constitucional que pode, na parte dos pensionistas, trazer alguns dissabores e que podem levar uma vez mais a pensar resolver o problema pelo lado da receita. Depois, vamos ter a sétima revisão da troika – isto está a correr relativamente bem mas não exactamente como se esperava, portanto vamos ver que mais exigências virão. Simultaneamente, vamos olhar para a execução orçamental e ver, provavelmente, que, positivo ou negativo, o crescimento é pior do que se esperava e, consequentemente, as receitas fiscais não estão a corresponder.

Qual seria a solução, em termos fiscais?

Eu diria que há três grandes prioridades. Primeiro, uma redução generalizada da tributação, porque os níveis vão-se tornando, para empresas e particulares, incomportáveis. Segundo, simplificar o sistema na sua interpretação, porque as

leis são extremamente complicadas – para ser simpático –, e além dos custos de cumprimento têm os custos de contencioso. Terceiro, tentar reduzir a tributação das empresas, para atrair o investimento.

E quanto à tributação de património?

Receio que, neste contexto, se as coisas correrem mal, haja a tentação de olhar para outros níveis de receita e possa pensar-se, do meu ponto de vista erradamente, que já agora temos aqui o património. Porque é que é errado taxar o património?

Os capitais são extraordinariamente móveis e se houver uma qualquer veleidade de aumentar a tributação do património é muito provável que o influxo positivo de capitais se torne no seu oposto, que é numa fuga de capitais. A tributação do património – que decorre de rendimentos que já foram tributados e muito provavelmente gera rendimentos que estão a ser tributados –, parece-me absolutamente indesejável neste momento.

O património imobiliário é menos representativo e a fuga é mais difícil...

O IMI, que teve um aumento muito significativo, vamos senti-lo a partir deste ano e seguintes. Ao mesmo tempo, temos uma crise imobiliária enorme e aumentar os custos sobre o imobiliário poderá ser tudo menos sensato. Ao IMI soma-se o imposto de selo sobre prédios de valor superior a um milhão de euros, que me parece ter um problema grave de constitucionalidade, e o IMT, que já foi considerado um dos impostos mais estúpidos do mundo. Comenta-se que poderá ser revisto até 2016 e o que eu esperaria era que, finalmente, fosse substituído por uma tributação em IVA, mas temo que à boa maneira portuguesa seja substituído por uma tributação idêntica em imposto de selo. Temo também que, na azáfama de tentar compor rapidamente as contas do Estado, se pense em tributar uma única vez o património, uma espécie de punção, a alocar ao orçamento e, eventualmente, a uma parte da dívida. Parece-me que seria a pior coisa que podia acontecer.

Porquê?

Porque não temos tradição em Portugal e não se encontram exemplos internacionais similares. Teria de ser uma espécie de operação comando anunciada hoje e aplicada amanhã. A perspectiva de haver uma tributação relevante do património num determinado momento levaria à fuga de capitais. Temos um aspirador fiscal da riqueza criada em Portugal. Na questão do património há, além do aspirador, uma ventoinha repelente.

“O imobiliário vale 8% da receita fiscal, mas tem um enorme impacto no financiamento das autarquias”